

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTE
CURSO DE PEDAGOGIA

TAÍS LUIZ DE ALMEIDA

SANTO AGOSTINHO E O PROCESSO FORMATIVO

MARINGÁ
2013

TAÍS LUIZ DE ALMEIDA

SANTO AGOSTINHO E O PROCESSO FORMATIVO

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC,
apresentado ao Curso de Pedagogia da
Universidade Estadual de Maringá, como requisito
parcial obtenção do grau de licenciado em
pedagogia.

Orientação: Prof. Dr. José Joaquim Pereira Melo.

MARINGÁ

2013

TAÍS LUIZ DE ALMEIDA

SANTO AGOSTINHO E O PROCESSO FORMATIVO

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC,
apresentado ao Curso de Pedagogia da
Universidade Estadual de Maringá, como requisito
parcial obtenção do grau de licenciado em
Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Joaquim Pereira Melo

Ms. Roseli Amaral Gall

Ms. Mariana Rossetto de Souza

Maringá, outubro de 2013.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por minha vida.

À minha família, por serem tudo pra mim.

Ao meu irmão Thiago por todo amor, incentivo e por ser meu porto seguro.

Às minhas amigas Marcela (minha parceira de estágio, confidente, irmã), Stefany e Raisal, por alegrar os meus dias, estar comigo em todos os momentos, por tudo o que passamos juntas dentro e fora da sala de aula e por provar que “amigos são a família que nos permitiram escolher”.

Às amizades conquistadas ao longo desta caminhada, Samanta, Ana e Drielly, por tudo o que fizeram e representam em minha vida

Ao Bruno, que à sua maneira de me dar conselhos, teve grande influência na conquista dos meus objetivos, pois mesmo ausente, está presente em tudo o que eu faço e em tudo o que quero.

Em especial, ao professor José Joaquim Pereira Melo, carinhosamente conhecido como “Neto”, pelos aprendizados, dedicação e paciência comigo. Além de professor e orientador, significa para mim um amigo querido.

RESUMO

Este projeto teve por objetivo analisar a proposta formativa de Santo Agostinho. A preocupação considerada neste trabalho foi a investigação do pensamento agostiniano enquanto proposta pedagógica durante o declínio do Império Romano e fortalecimento do cristianismo. Num primeiro momento, procurou-se contextualizar o pensador em seu momento histórico, discutindo o seu pensamento como resultado deste mesmo momento histórico que requisitava uma nova forma de pensar o homem e a educação no sentido de adequar ao processo de transformação social pela qual passava a Europa Ocidental. Em razão disto, as propostas agostinianas tinham por objetivo auxiliar a Igreja Cristã no processo de formação do homem ideal, santificado. Assim, o homem deveria estar apto a buscar o conhecimento Verdadeiro, possibilitado pela iluminação divina. Nesse entendimento, o homem deveria passar por um processo de interiorização, o que pode ser caracterizado também por um processo de autoeducação. Há de se considerar que a proposta formativa agostiniana não ficou limitada a seu tempo, mas ultrapassou os séculos, marcando profundamente o magistério da Igreja Católica, exemplos dessa perenidade podem ser encontrados na atualidade, no que se refere as questões de ordem moral e éticas que ainda marcam o processo formativo nos nossos tempos.

Palavras-chave: Educação/Formação. Santo Agostinho. Transformação social.

ABSTRACT

This work aimed at analyzing St Augustine's formative proposal. In this sense, we focused on St Augustine's thinking taken as a pedagogical tool amidst the demise of the Roman Empire, a time in which Christianity was rising and gaining shape. This research was conducted the following way: first, we proceeded to an overall review on the historical conditions in which St Augustine lived, which helped in understanding his thinking as a result of that time as well as the need to prepare a new Man able to cope with social, political and cultural transformations taking place back then in Western Europe. Secondly, we analyzed how the Augustinian proposal had as its main goal to collaborate with the Christian Church in the process of forging an ideal Man, that is, a sanctified one. Finally, we concluded that, according to St Augustine, Man should be taught in a way to conquer the Broad Knowledge, given by divine illumination. Bearing that in mind, Man should seek for the process of inner contemplation; in other words, He should self-educate Himself. Furthermore, this work calls attention to the fact that St Augustine's formative proposal did not remain limited to the time of its inception, but also crossed centuries, influencing the Catholic Church profoundly. Examples of such a perennity can be found nowadays, especially when it comes to ethical and moral issues deemed important in our education.

Key-words: Education. St Augustine. Social transformation.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	7
1 ROMA: UM IMPÉRIO EM DECADÊNCIA	9
1.1 A DECADÊNCIA DO IMPÉRIO ROMANO E A ASCENSÃO DA IGREJA CRISTÃ ..	11
2 SANTO AGOSTINHO	14
2.1 O CONCEITO DE HOMEM NO PENSAMENTO AGOSTINIANO	16
2.2 A UNIDADE CORPO-ALMA	19
3 O CONHECIMENTO: O BEM MAIOR A SER CONQUISTADO	22
3.1 O HOMEM E A BUSCA PELA VERDADE	23
3.2 A TEORIA DA ILUMINAÇÃO DIVINA: A POSSIBILIDADE DO ENCONTRAR COM DEUS	25
4 A EDUCAÇÃO: UM FENÔMENO DIVINO	28
4.1 OS AGENTES DO PROCESSO EDUCATIVO	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
FONTES	35
REFERÊNCIAS	35

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho foi elaborado tendo como preocupação central identificar a proposta formativa em Santo Agostinho, a qual caracteriza-se por um processo de autoeducação. Esta proposta tinha em vista a formação do homem cristão daquele período. Isto é, o homem que deveria responder as necessidades da Igreja que buscava se firmar ante a uma sociedade que passava por transformações de ordens econômicas, políticas, sociais e culturais, que refletiram sobre esse mesmo homem.

Para tal estudo, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica, essencial para entender o pensamento de Santo Agostinho em seu contexto histórico e a influência de suas experiências de vida na elaboração de seu pensamento. Para o desenvolvimento deste trabalho, foram utilizadas como fonte algumas das reflexões agostinianas, tais como: “De Magistro”, “A Trindade”, “O Livre Arbítrio”, “Sobre a Potencialidade da Alma”, “A Vida Feliz”, “Solilóquios”, “A Instrução dos Catecúmenos”, “A Verdadeira Religião” e “As Confissões”, bem como comentadores que tratam do tema em questão.

Em Santo Agostinho a interiorização constituía-se numa caminhada autoeducativa, visto depender da própria vontade do homem em desencadear esse processo. Apesar dessa condição de autoformativa, a educação não dependia apenas da ação do homem, pois, nesse processo, Deus era o grande responsável, o único Mestre, que possibilitava ao homem chegar aos domínios da sabedoria, que somente poderia ser alcançada pela Iluminação Divina.

Mesmo sendo Deus o seu principal agente da educação, Ele não interferia na produção das ideias humanas, cabendo ao discípulo se esforçar para alcançá-las, da sua vontade para chegar ao domínio interior e desvendar o manancial que estava a sua disposição. Dai configurar-se autoeducação. Cabia ao mestre terreno ser um incentivador, um animador de seu discípulo, criando condições favoráveis para que ele chegasse ao fim desejado, qual seja, o homem ideal cristão, o homem santificado, que, por sua vez, regenerado, regeneraria a sociedade.

Essas reflexões fizeram do pensamento agostiniano responsável pela organização de uma proposta formativa, mesmo quando não sendo esta a sua preocupação primeira, fato que não inviabilizou a elaboração de um autêntico pensamento pedagógico. Guardadas as diferenças de tempo, espaço, cultura e preocupação, ainda se pode encontrar ecos do pensamento pedagógico de Santo Agostinho na atualidade, quer no magistério da Igreja quer

no mundo fora da Igreja, visto os valores fundamentais que defende em suas dimensões morais e éticas para uma melhor formação do homem e da sociedade.

Valores estes que pela sua condição de perenes ultrapassam os séculos, levando a reflexões e problemas inerentes a existência humana, quer sejam religiosos, filosóficos, educacionais, quer culturais, que sempre estão na agenda dos homens, indistinto da sua temporalidade.

1 ROMA: UM IMPÉRIO EM DECADÊNCIA

Entre os séculos IV e V, o Ocidente europeu atravessou um período marcado por crises de ordem social, política e econômica, “[...] estava condicionado à passagem de um sistema social outro, este norteado pela dissolução da estrutura escravista. Isto porque, com o fim das conquistas do Império Romano, concomitantemente teve-se o fim do reabastecimento das forças produtivas, os escravos” (PIRATELI, 2012, p. 24). Este fato, somado à diminuição populacional e à escassez da força de trabalho, fragilizou aquela sociedade, fazendo com que os ataques dos povos que chamavam de bárbaros se intensificassem.

O Império romano buscou medidas políticas, no sentido de revitalizar as suas estruturas, exemplo disso pode ser tirado do aumento de impostos e a orientação de que os filhos optassem pela carreira desempenhada por seus pais, tendo em vista com essas medidas garantir a ordem social (PIRATELI, 2012) que dia a dia mostrava sinais de abalo, expondo dessa forma a fragilidade de um império em decadência.

Ao mesmo tempo, o conjunto da sociedade endurece-se em categorias fechadas. As aristocracias municipais, a dos *curriales*, têm obrigação de conservar a sua categoria, pois desempenham um papel essencial na administração local, em especial para a cobrança de impostos. O Estado pretende que a condição social dos cidadãos seja continuada pelos filhos. O filho do soldado deve ser soldado, o filho do agricultor deve cultivar o domínio paterno (GRIMAL, 1999, p. 139, grifo no original).

Essas políticas adotadas pelo Império romano não resultaram nos objetivos que se pretendiam atingir, o que não passou de tentativas frustradas que não deram os frutos desejados.

Outra tentativa do Império no sentido de retomar o controle interno e externo foi a revitalização de seu exército, que ao longo de alguns séculos garantiu o expansionismo romano e a sua manutenção nas regiões por ele dominadas.

À medida em que as crises econômicas, sociais e políticas se acirravam, refletiam também nessa máquina de guerra, que, após o século III, a sua estrutura, aparato e contingente já davam sinais de fragilidade ou de impotência frente à dimensão que o Império romano conquistara. Essas condições comprometeram de forma efetiva o seu desempenho anteriormente tão contundente. Fator decisivo para a sua decadência e até mesmo dissolução foi a paulatina e eficiente pressão desencadeada pelos povos de origem germânica.

As tribos germânicas da Europa Central, que por vários séculos haviam representado um problema intermitente, deram início a uma pressão renovada muito mais forte sobre as fronteiras, pressão que só chegou ao fim quando o império do ocidente deixou de existir enquanto organismo político (FINLEY, 1991, p. 180).

A fragilidade do exército romano em garantir a segurança do Império constituiu-se em alvo fácil para as guerrilhas intermitentes dos seus povos. Nessa mesma direção, não se pode esquecer certo apoio que os setores populares da sociedade romana deram àqueles que debilitavam o império romano motivados pelos pesados impostos que estavam submetidos, o que, dessa forma, contribuiu para que o esfacelamento romano acontecesse de forma mais rápida. “[...] os escravos e os colonos romanos ajudaram de todas as formas possíveis os bárbaros, o que explica a facilidade e a rapidez extraordinária com que as tribos bárbaras penetraram no território romano no século V (KOVALIOV, 1982, p. 33).

As medidas opressivas impostas pelo Estado romano não atingiram apenas os setores inferiorizados da sociedade romana, mas, também, os interesses dos setores superiores desta sociedade, o que contribuiu ainda mais para acelerar a decadência desse Império já combalido.

As transformações sociais por que passou o Império romano criaram condições objetivas para o esfacelamento da sua unidade, o que resultou na separação entre Roma, o centro político do mundo, de suas províncias estrangeiras. Acrescente-se a isso o fato do homem romano, para fugir das dificuldades e perigos iminentes que o ameaçavam, passou a se “refugiar em propriedade particulares e/ou para junto dos bárbaros, deixando várias regiões” e cidades “do Império desertas, o que colaborou para as invasões” (SOUZA, 2010, p. 10), que dia a dia assolavam o império.

Essa decadência das cidades também contribuiu para efetivar o fim do Estado romano, o que no passado fora o senhor do mundo conhecido.

O Império Romano, no Ocidente, ainda sobrevivia durante um século. As dissensões internas, a pressão cada vez mais forte, dos Bárbaros, o papel dos oficiais germanos ou vândalos acabam de arruinar tudo o que podia subsistir da unidade imperial. Aqui e ali, cidades provinciais mantêm, melhor ou pior, o espírito romano, mas os campos despovoam-se, esgotados pelo banditismo, que se tornara endêmico, e pelas exigências do fisco. Enquanto tudo se desmorona, a administração imperial mantém a pressão financeira, que arruína as aristocracias locais, pilares da sociedade (GRIMAL, 1999, p. 143).

O resultado desse processo de transformações por que passou a sociedade romana levou os próprios romanos e os povos tidos como bárbaros a se organizarem em estruturas

semelhantes, o que resultou na formação de uma nova sociedade. E foi propiciado por essas circunstâncias que se assentou o domínio temporal da igreja, visto a sua organização em hierarquia, o modelo de assistência social que praticava e as esperanças dadas ao homem sofrido daquele tempo, que permitiram a sua sobrevivência para além do mundo antigo.

1.1 A DECADÊNCIA DO IMPÉRIO ROMANO E A ASCENSÃO DA IGREJA CRISTÃ

Paralelamente à dissolução do Império Romano, a sociedade viu surgir uma religião – o cristianismo – que, em pouco tempo, ganhou grande aceitação por parte dos setores inferiores daquela sociedade que ganhava novos contornos econômicos, sociais, políticos, culturais e religiosos.

Mesmo assim, o cristianismo continuou sendo visto como uma religião marginal (GRIMAL, 1999), por estar composto por homens simples e pobres, sem qualquer expressão e representatividade. Mas, à medida em que o cristianismo foi se consolidando e se efetivando, sua igreja passou também a ser reconhecida, ao ponto de conquistar uma certa legalidade, principalmente após a conversão do imperador Constantino (272-337 d.C.), em inícios do século IV. Entretanto, o seu espaço definitivo foi conquistado com o seu reconhecimento como religião oficial do Império, por Teodósio (347-395 d.C.), em 390, o que possibilitou aos seus representantes assumirem, em parte, pelo menos nesses primeiros momentos, a liderança da nova ordem social que se organizava. Qual seja, assumiu a função de orientar/comandar uma nova civilização, de modo que seus conceitos e valores passaram a apontar os caminhos que os homens daquele período deveriam seguir para alcançar a nova cidadania – a cidadania celeste –, que pretendia para consolidar o reino de Deus aqui na terra.

Os homens, que se encontravam cansados com a insegurança, medo e dureza que particularizava suas vidas, voltaram-se pra um credo que lhes prometia calma ao espírito, trocando as dúvidas pela certeza e assegurando a felicidade após a morte. Eles buscavam, dessa maneira, conforto na religião (SOUZA, 2010).

Daí a preocupação do magistério da Igreja propiciar para o homem sofrido e desencantado daquela sociedade um conforto moral, que só era possível encontrar numa religião, que, segundo seus líderes, era universal e que consagrasse pobres e humildes, ricos e aristocratas, indistinto, portanto, de setores sociais, raças, sexos e culturas sob o mesmo teto, convertendo a todos numa grande massa que deveria ser trabalhada de acordo com as virtudes cristãs.

Com o quadro que se configurou com a ascensão política da Igreja, ela não limitou-se ao campo espiritual, visto participar de questões civis, para orientar a nova ordem social que assumiria. Assim, a Igreja fortalecia e estabelecia conceitos, valores e ações a fim de atender demandas sociais que se colocavam:

Trata-se, portanto, de definir um conjunto de ações, construídas a partir da fé da crença na salvação, capazes de formar num novo modelo de homem e de comunidade, a Igreja. Os convertidos, para serem aceitos e integrados na comunidade, precisavam ser instruídos nos preceitos que orientariam sua vida [...] (BORDIN, 2007).

Em meio a este cenário, destaca-se a importância dos padres da Igreja, que a partir de seus referenciais clássicos organizaram o pensamento, num corpo filosófico- teológico- doutrinário que fundamentava a sua exortação.

Quase todos os Padres pertencem à elite da sociedade. É notável sua formação e sua trajetória dentro da Igreja: estudos literários que fazem deles escritores de classe, promissora carreira profana interrompida pela “conversão”, período passado em fortificadora solidão, intensa atividade pastoral acompanhada de forte influência doutrinária (PIERRARD, 1986, p. 47).

Segundo Pereira Melo (2010), os Padres da Igreja se esforçaram e se empenharam em buscar uma relação mais harmoniosa entre fé e razão, o que significava conciliar sabedoria cristã e a ciência clássica.

Neste exercício, não deixaram de apresentar a superioridade dos conceitos e valores cristãos quando comparada a cultura clássica. Todavia, a cultura clássica não foi negada em sua totalidade. Segundo o mesmo Pereira Melo (2003), aspectos tidos como positivos dela eram incorporados e adaptados às necessidades e especificidades da fé e da educação cristã.

Os líderes cristãos [...] lutaram com energia e êxito para reorganizar os padrões do pensamento e adaptar o conhecimento clássico e as realizações intelectuais que se constroem aos novos objetivos da vida humana, uma vida na qual a salvação se havia tornado principal finalidade do homem a ser educado (BARK, 1979, p. 103).

Partindo do pressuposto de que os saberes clássicos possibilitavam o desenvolvimento humano e que Deus havia colocado o homem no mundo para a santificação, grande número desses pensadores da Igreja passaram a colaborar com a busca do caminho para a realização

desse plano divino (PEREIRA MELO, 2010), mas, vale enfatizar, submetidos às orientações da fé.

Papel expressivo, entre estes pensadores, teve Santo Agostinho, que pôs a serviço da Igreja o seu pensar, de modo a ser considerado um sistematizador dos pensares dos padres da Igreja que o antecederam.

Assim, o gênio sintético de Santo Agostinho contribuiu de forma definitiva na harmonização, do mote doutrinário, resultado do diálogo estabelecido entre os conceitos assimiláveis da cultura clássica e os fragmentos dos padres cristãos que antes deles criaram as bases para a fundamentação do corpo doutrinal católico.

2SANTO AGOSTINHO

Aurelius Augustinus nasceu em 13 de novembro do ano de 354 d.C, em Tagaste, região da Numídia, mais precisamente no norte da África. Seu pai, Patrício, era um pequeno proprietário de terras. Sua mãe, Mônica, era uma fervorosa cristã, que exerceu forte influência para a conversão do filho.

Estudou em Tagaste e depois na cidade vizinha de Madaura, para onde foi aos treze anos para estudar gramática. De origem relativamente humilde, Agostinho, por falta de dinheiro, viu a necessidade de abandonar os estudos por um ano, aos dezesseis anos. Entretanto, graças ao auxílio financeiro de Romaniano, um amigo da família, ele conseguiu estudar retórica em Cartago, concluindo seu ciclo completo de estudos aos dezenove anos. “Sua formação foi essencialmente literária e baseada na língua latina, característica que se revela presente no decorrer de toda sua obra” (SOUZA, 2010, p. 13).

Antes da sua conversão, Agostinho atuou como professor de retórica por treze anos em Tagaste “[...] e com sua ascensão profissional, lecionou nas cidades mais significativas do Império: Cartago, em 374, Roma, em 383 e Milão em 384, onde assumiu a Cátedra Municipal de Retor” (PIRATELI, 2012, p. 13).

Em 373, aos 18 anos, Agostinho entrou em contato com a filosofia. Segundo Folch Gomes (1979), em sua formação, após ler “Hortensius” de Cícero (106-43 a.C.), sentiu-se atraído por uma vida menos sensual, dedicando-se então à busca do que passou a entender como verdade. Neste processo, segundo Gilson (2007), para acalmar seu espírito inquieto, ele conheceu uns maniqueístas, que se gabavam de ensinar uma explicação puramente racional do mundo, de justificar a existência do mal e de conduzir finalmente à fé única por meio da razão.

Agostinho acreditou por um tempo que era essa a sabedoria que ele cobiçava. “[...] Entretanto, suas convicções maniqueístas haviam sido abaladas. As explicações racionais que não cessavam de lhe prometer ainda não haviam aparecido, e ele via bem que nunca apareceriam” (GILSON, 2007, p. 143). Sendo assim, Agostinho afastou-se desta doutrina e aproximou-se do ceticismo, filosofia esta, pautada na dúvida. Novamente, esta doutrina também não o satisfez.

Em Milão, conheceu o bispo Ambrósio, cujas pregações foram fundamentais no direcionamento agostiniano ao cristianismo. A partir daí sentiu-se extremamente atraído por suas pregações. Este contato que, segundo Souza (2010), permitiu-lhe a compreensão da

Bíblia em seu sentido espiritual; o conhecimento do neoplatonismo, por meio da leitura de Plotino, que lhe revelou a realidade do imaterial e a não-realidade do mal.

Em suas “Confissões”, relata que no auge de suas inquietações, momento em que buscava a solidão no jardim de sua casa, percebeu algo que considerou como um sinal, ao ouvir uma voz que dizia “Toma e lê”. Ao abrir a Bíblia, uma palavra o tocou: era uma passagem do livro de São Paulo aos Romanos:

A ninguém devais coisa alguma, a não ser o amor com que vosameis uns aos outros; porque quem ama aos outros cumpriu a lei. Com efeito: Não adulterarás, não matarás, não furtarás, não darás falso testemunho, não cobiçarás, e se, *há* algum outro mandamento, tudo nesta palavra se resume: Amarás ao teu próximo como a ti mesmo. O amor não faz bem ao próximo; de sorte que o cumprimento da lei *é* o amor. E isso *digo*, conhecendo o tempo, que *é* já hora de despertarmos do sono; porque a nossa salvação está agora, mais perto de nos quando aceitamos a fé. A noite *é* passada, e o dia *é* chegado. Rejeitemos, pois as obras das trevas e vistamo-nos das armas da luz. Andemos honestamente, como de dia, não em glotonarias, nem em contendas e inveja. Mas revesti-vos de Senhor Jesus Cristo e não tenhais cuidado da carne em *suas* concupiscências (Rm. 13:8-14, grifos no original).

A partir de então, Agostinho dedicou-se a purificar os costumes, afastando-se das coisas mundanas e das sensualidades pecaminosas (PEREIRA MELO, 2002). Converteu-se em 386, quando retirou-se pra uma propriedade rural em Cassiciaco. Depois recebeu o batismo na Páscoa de 387, das mãos do bispo Ambrósio. Após retornar à África, fundou uma comunidade monástica, abandonou-a em 391 e foi aclamado bispo de Hipona em 395. Neste período e a partir dele, foi uma das grandes preocupações agostinianas a conciliação entre fé e razão. Dedicou-se inteiramente a esta tarefa. Morreu nesta mesma cidade, em agosto de 430. Esta compreensão da vida de Santo Agostinho é importante devido à influência que exerceu em seu pensamento e em sua obra.

Para Agostinho, a vida e a doutrina são uma só coisa. Sua doutrina é uma interpretação de sua vida, e sua vida não cessa de nutrir-se nas fontes da doutrina. E assim o pensar Agostiniano evolui em contacto imediato com a vida. Seu objetivo não é ensinar a pensar, e sim, a viver, a viver pensando. É a este contacto direto com a vida real que a ideologia agostiniana deve seu valor imperecível e a sua influencia fecunda e constante sobre o pensamento ocidental ate os nossos dias (BOEHNER; GILSON, 1970, p. 203).

Assim como ocorreu com muitos Padres da Igreja, a maioria das obras de Santo Agostinho foram-lhe inspiradas pelos problemas ou pelas preocupações que atormentavam a

Igreja do seu tempo (MARROU, 1957). Destarte, uma de suas maiores preocupações era referente ao homem sofrido deste mesmo tempo.

2.1 O CONCEITO DE HOMEM NO PENSAMENTO AGOSTINIANO

Diante do cenário de transformações que estavam acontecendo no mundo romano, de acordo com o que já foi apresentado, Santo Agostinho elaborou suas obras tendo como objetivo principal estabelecer uma direção ao homem de seu tempo. Para ele, o homem representava um mistério, algo a ser descoberto, pois “[...] ninguém conhece o que se passa no homem, a não ser o seu espírito que nele esta, todavia, há no homem coisas que até o espírito que nele habita ignora” (AGOSTINHO, 2008, p. 215).

Santo Agostinho considera este homem incapaz de chegar à felicidade verdadeira com a vida que levava, pelo fato de o mesmo estar em um estado de miserabilidade e degradação. Suas próprias experiências antes da conversão contribuíram para o seu pensamento a cerca da natureza humana, a qual demonstrava certa desconfiança. Levando-se em conta sua experiência de vida, Agostinho tinha conhecimento da fragilidade do corpo e do perigo que os sentidos representavam para o homem, levando este ao pecado (SOUZA, 2010).

O homem encontrava-se neste estado, segundo Santo Agostinho, pelo pecado, o qual considerava ser consequência do abuso do livre-arbítrio. Isso ocorre porque, ao dar preferência aos bens inferiores ao invés dos bens maiores, o homem afasta-se de Deus. Segundo Pereira Melo (2010), essa busca pela felicidade nos bens inferiores e limitados levava o homem ao fracasso, desviando-o do projeto santificador do cristianismo.

Por todos esses motivos, e outros semelhantes, pecamos quando, por propensão imoderada para os bens ínfimos, são abandonados os melhores e mais altos, como tu, Senhor, nosso Deus, tua verdade e tua lei. É verdade que também esses ínfimos tem seus deleites, porem, não como os de Deus, criador de todas as coisas, porque nele se deleita o justo, e nele acham suas delicias e retos de coração (AGOSTINHO, 2008, p. 57).

Apesar de Santo Agostinho afirmar a infelicidade do homem resultado de seus pecados e da valorização das coisas materiais, ainda assim o considerava superior quando comparado aos animais. Como explicação para tal superioridade, ele coloca que o homem possui três funções: ser, viver e compreender, diferente dos animais, que não possuem o

compreender, e das coisas materiais que, além do entender, não possuem o viver. Conforme observa-se:

Ag. Assim, pois para partimos de uma verdade evidente, eu te perguntaria, primeiramente, se existe. Ou talvez tema ser vítima de engano ao responder a essa questão? Todavia, não te poderias enganar de modo algum, se não existisses.

Ev. É melhor passares, logo, adiante, às demais questões.

Ag. Então, visto ser claro que existes – e disso não te poderias certeza tão manifesta, caso não vivesses – é também coisa clara que vives. Compreendes bem, que há aí duas realidades muito verdadeiras?

Ev. Compreendo-o perfeitamente.

Ag. Logo, é também manifesta a terceira verdade, a saber, que tu entendes?

Ev. É claro.

Ag. Qual dessas três realidades (existir, viver e entender) parece a ti a mais excelente?

Ev. O entender.

Ag. Por que te parece assim?

Ev. Por serem três realidades: o ser, o viver e o entender. É verdade que a pedra existe e o animal vive. Contudo, ao que me parece, a pedra não vive. Nem o animal entende. Entretanto, estou certíssimo de que o ser que entende possui também a existência e a vida. É Porque não hesito em dizer: o ser que possui essas três realidades é melhor do que aquele que não possui senão uma ou duas delas. Porque, com efeito, o ser vivo por certo também existe, mas não se segue daí que entenda, Tal é, como penso, a vida dos animais. Por outro lado, o que existe não possui necessariamente a vida e a inteligência. Posso afirmar, por exemplo, que um cadáver existe. Ninguém porém, dirá que vive. Ora, o que não vive, muito menos entende.

Ag. Então, admitimos que dessa três perfeições faltam duas ao cadáver; uma ao animal, e nenhuma ao homem.

Ev. É verdade.

Ag. E admitimos, igualmente, que a melhor das três é a que só o homem possui, juntamente com as duas outras, isto é, a inteligência, que supõe nele o existir e o viver.

Ev. E com efeito, nos admitimos isso sem duvida alguma (AGOSTINHO, 1995, p. 80-81).

Entende-se então, sob uma perspectiva agostiniana, que é a razão humana a responsável por fazer do homem um ser diferente dos outros animais, pois esta é a realidade mais elevada dele. Como se segue em “O Livre Arbítrio”:

Ag. Responde-me, pois, o seguinte: muitas vezes temos visto animais domados pelos homens, isto é, dominados, não somente em relação ao corpo, mas também quanto ao seu espírito vital, de tal forma que obedeçam á vontade dos homens por uma espécie de instinto ou habito. Ora, o que te parece? Poderia acontecer jamais o caso de um animal feroz, tivesse ele grande corpulência e uma prodigiosa força, ou os sentidos mais penetrantes, a ponto de tentar, por sua vez, dominar o homem, esforçando-se para subjulgá-lo? Digo isso porque muitos animais seriam capazes, por sua ferocidade ou por sua astucia, de esquartejar o corpo de qualquer homem.

Ev. Estou seguro de que tal possibilidade é inteiramente impossível de acontecer.

Ag. Muito bem! Mas dize-me ainda: Não é evidente que quanto à força e outras habilidades corporais, o homem é facilmente ultrapassado por certo número de animais? Assim sendo, qual é pois o princípio que constitui a excelência do homem, de modo que o animal algum consiga exercer sobre ele sua força, ao passo que o homem exerce seu poder sobre muitos deles? Não será por aquilo que se costuma denominar razão ou inteligência?

Ev. Não encontro outra coisa. Pois é no espírito que reside a faculdade pelas qual nós somos superiores aos animais. E se eles fossem seres inanimados, eu dirá que nossa superioridade vem do fato de que possuímos uma alma, e eles não. Mas acontece que também eles são animados. Contudo, existe alguma coisa, que não existindo na alma deles, existe na nossa, e por isso acham-se submetidos a nós. Ora, é claro para todos que essa faculdade não é um puro nada, nem pouca coisa. E que outro nome lhe daríamos mais correto do que o de razão?

Ag. Eis, pois, com que facilidade obtivemos, com a ajuda de Deus, o que podíamos considerar como muito difícil. Pois, quanto a mim, eu te confesso que essa questão agora está resolvida. E pensara eu haver de nos reter por muito tempo nela, talvez mais do que tudo o que já dissemos desde o início dessa reflexão. Assim, pois, retém esta verdade com cuidado, para continuarmos o encadeamento das ideias. Com efeito, creio que já não ignoras: o que denominamos saber não vem a ser nada mais do que se perceber a razão.

Ev. Assim é com efeito.

Ag. Por conseguinte, aquele que sabe que vive, não está privado da razão?

Ev. Isso se segue.

Ag. Ora, os animais vivem, como já nos apareceu com clareza, mas não são dotados de razão.

Ev. Evidente.

Ag. Eis, então, que agora entendes o que me respondeste ignorar: nem todo ser vivo sabe que vive, ainda que todo aquele que sabe que vive seja necessariamente ser vivo (AGOSTINHO, 1995, p. 44-45).

Além disso, Santo Agostinho preocupa-se em explicar a natureza humana de forma a concebê-la como sendo uma unidade entre corpo e alma. E segundo ele, isso é o homem de fato. Ao definir o que era o homem, em um diálogo com seu irmão, Navióio, chegou a seguinte conclusão:

Ag. Será evidente a cada um de vós, que somos compostos de alma e corpo? Todos foram concordes, exceto Navióio, que declarou não saber.

Ag. Mas disse-lhe eu, pensas que ignoras tudo em geral, ou essa proposição é uma entre outras que desconheces?

Na. Não creio que sou totalmente ignorante, respondeu ele

Ag. Podes, pois, dizer-nos alguma coisa do que sabes?

Na. Sim, posso.

Ag. Se isso não te incomoda, dize-nos pois.

E como ele hesitasse, interroguei:

Ag. Sabes, pelo menos, que vives?

Na. Isso eu sei.

Ag. Sabes, portanto, que tens vida, visto que ninguém pode viver a não ser que tenha vida?

Na. Isso eu também sei.

Ag. Sabes, igualmente, que possuis um corpo?

Ele concordou

Ag. Sabes, então, que constas de corpo e vida?

Na. Sim, todavia tenho duvidas se não existe alguma coisa a mais do que isso

Ag. Assim, não duvidas destes dois pontos: possuis um corpo e uma alma. Mas estás em dúvida se não existe outra coisa que seria para o homem um complemento de perfeição

Na. É isso, concordou ele (AGOSTINHO, 1998b, p. 124).

Nisso então, consistia seu conceito de pessoa, isto é, do homem total, no qual a alma deveria estar encarnada ao corpo, sendo considerados indissociáveis. [...] “daí se verifica a importância de ambos os elementos na concepção agostiniana” (SOUZA, 2010, p. 18).

2.2 A UNIDADE CORPO-ALMA

Santo Agostinho entende o homem como a união entre corpo e alma, entretanto, atribui a esta uma condição de superioridade. Apesar de considerar a alma mais importante, ele afirma que a mesma deve estar unida ao corpo, de modo que sem um dos dois elementos, não existe o homem.

Neste conceito de homem, constata-se que Santo Agostinho distanciou-se dos pensadores do período clássico. Para Platão, a alma é uma “entidade” entranha ao corpo, o qual é uma espécie de recipiente, de “cárcere”, no qual a alma caiu; uma espécie de invólucro do qual ela se desfaz com a morte, para posteriormente passar para outro corpo, etc. (CAPORALINI, 2007).

Na concepção agostiniana, a alma não está dentro de um corpo, mas está encarnado em um corpo. Oposto ao pensamento grego, cuja filosofia da perfeição do homem está em desprender-se do corpo, num processo de desencarnação, Santo Agostinho explica esse processo por meio do conceito cristão, ou seja, da forma que entende um processo de encarnação. Portanto, para ele, o corpo não é visto como mau, pelo contrário, ele é bom, pois é matéria criada por Deus. Neste contexto, a alma tem a função de espiritualizar o corpo, este é o instrumento pelo qual a alma sente, de forma que alma e corpo fazem parte um do outro. Entretanto, o homem não precisa livrar-se do corpo, mas deve criar condições para que a alma o domine. Entende-se, a partir dessa relação, que a alma e o corpo não são iguais e nem tem o

mesmo valor (SCIACCA, 1966), e merecem o mesmo respeito e consideração, visto serem sagrados.

O corpo, nesta condição, é representado como a exterioridade material do homem. Assim, Santo Agostinho o considera como um elemento que ocupa lugar, um elemento visível, o que difere o corpo da alma, já que esta não apresenta características como tamanho e medida. Assim “não posso dizer o que é alma com expressões materiais, e posso afirmar que não tem qualquer tipo de dimensão [...]” (AGOSTINHO, 1997, p. 27).

Para além do que foi apresentado, Agostinho atribuiu ao corpo um caráter mutável, ou seja, é uma natureza que está sujeita a mudança temporal e espacial. No que se refere à alma, ele a define como um elemento em posse da razão e que rege um corpo, ou seja, este é animado por uma alma racional. A alma é, para ele, simples, única, espiritual e imortal, e possui faculdades superiores e inferiores (SCIACCA, 1966). A alma apresenta-se como elemento imaterial, estando sujeita à mudança temporal.

Em razão disto, o corpo é considerado inferior à alma, pois ela é a imagem de Deus, apresentando-se como mais importante que o corpo é inferior somente a Deus. Partindo do pressuposto de que a alma deve espiritualizar o corpo, a mesma vivifica este corpo terreno e mortal, atuando sobre ele:

Nem deve parecer estranho que a alma, não sendo corpo, nem extensão por uma longitude, ou dilatada na latitude, ou sustentada pela altitude, tenha tanto poder sobre o corpo. E o tenha a ponto de mover todos os membros e órgãos do corpo, como um eixo-motor (cardo), determinando todas as ações corporais (AGOSTINHO, 1997, p. 69).

Por ser superior ao corpo, a alma é independente dele, sendo que uma alteração no corpo não resulta necessariamente em uma alteração na alma. Diante do exposto, nota-se que a relação entre corpo e alma não é recíproca, ao passo que esta união acontece de forma que a alma observa o corpo e independe da influência deste.

Para Santo Agostinho, a alma embeleza o corpo. Este, sendo assim compreendido como belo quando a alma o domina. Isto não significa dizer que o corpo como matéria é algo mau. Acrescenta-se a isso o fato de que a materialidade humana também é uma criação divina, e tudo o que é de Deus é bom. O pensador lança ainda a ideia de que o corpo, apesar de ser inferior à alma, tem certa beleza e harmonia.

O que o corpo seja nada. Pois possui certa harmonia em suas partes, sem o que não poderia existir. Também ele é obra daquele que é principio de toda harmonia. Todo corpo possui como que certo equilíbrio de forma, sem o qual não existiria [...] os corpos possuem certa beleza, sem a qual não seriam o que são (AGOSTINHO, 1992, p. 54).

Apesar disso, o corpo é caracterizado por Santo Agostinho como mortal, pois está sujeito às misérias humanas. De acordo com Souza (2010), ele explica essa condição de mortalidade como consequência do pecado original cometido pelo primeiro homem. O pecado é a violação dos ensinamentos divinos e o corpo é responsável pela fraqueza humana, pois está sujeito às tentações mundanas. Quando o homem busca a felicidade nas coisas exteriores ao invés de se voltar para a alma imortal, este está condenado ao sofrimento. “Não é o corpo que em si é mau; é mau quando a alma deixa-se levar pelo corpo” (CAPORALINI, 2007) Isto significa que o mal está no afastamento do bem superior: Deus.

Para Santo Agostinho, a alma é o intermédio entre o homem e Deus. Visto que o corpo não participa das ideias divinas, pois se isso ocorresse, este seria alma, e como não é, a alma precisa habitá-lo. A alma, então, é definida como imortal, pois está ligada à verdade. “Restam a alma e Deus, e se estes dois são verdadeiros pelo fato de neles estar a verdade, ninguém duvida da imortalidade de Deus. Mas confia-se que a alma é imortal se se prova que também nela está a verdade, que não pode perecer” (AGOSTINHO, 1994, p. 349).

Sabendo que a perfeição do homem deve ao fato de ele possuir alma, e que nela a Verdade pode ser encontrada, no entendimento agostiniano, o homem não deve ficar preso aos conhecimentos inferiores, mas deve-se voltar a sua alma buscando chegar ao conhecimento da Verdade. Assim sendo, Santo Agostinho preocupou-se em entender também os fundamentos do conhecimento, bem como as condições para que o homem chegue aos seus domínios.

30 CONHECIMENTO: O BEM MAIOR A SER CONQUISTADO

Uma das preocupações filosóficas de Santo Agostinho foi entender os fundamentos do conhecimento. A partir de então, buscou solucionar tal preocupação levando em conta dois aspectos: entender se o homem conhece a verdade e como a conhece. Desta forma, ele atribui que o homem pode adquirir os conhecimentos das coisas sensíveis e inteligíveis. Os primeiros são obtidos pelos sentidos corporais e levados à memória dos indivíduos. Esses conhecimentos é que possibilitam ao homem a percepção da qualidade dos corpos como o odor, a textura, a cor, etc (SOUZA, 2010).

O conhecimento do mundo corpóreo se dá quando os objetos exteriores agem sobre os sentidos do homem e essa alteração do corpo é identificada pela alma, que produz a sensação por meio da representação do objeto. As imagens são levadas até a memória, e lá são organizadas.

Com base nesse entendimento, significa dizer que o corpo tem a função de instrumento pelo qual a alma age, ou seja, tem papel ativo. Ela sente por meio do corpo.

Já que é por meio das impressões recebidas pelo corpo que o homem pode conhecer o mundo exterior, Santo Agostinho considera importante, na sensação, a atuação dos sentidos.

Longe de nós, também, duvidar da verdade que nos vem pelos sentidos corporais. Por meio deles, atestamos a existência do céu e da terra e de tudo o mais que eles contêm, na medida em que aquele que nos criou, a nos e a eles, quis que deles tivéssemos conhecimento (AGOSTINHO, 1994, p. 512).

Importa ressaltar que, na concepção agostiniana, a alma extrai as sensações e imagens de si mesma, o que significa dizer que ela dá algo de sua substância para formá-las. Nesse sentido, há possibilidade de ela voltar-se para a matéria, deixando de reconhecer-se como alma para se considerar um corpo. Se ela se volta para o conhecimento sensível, acaba se prejudicando, pois este é considerado inferior aos conhecimentos intelectuais.

Mesmo com a desvalorização do sensível, quando comparado aos conhecimentos inteligíveis, Santo Agostinho considera os sentidos como fonte de verdade, de forma que estes não são responsáveis pelo erro dos homens, pois o erro ocorre quando a expressão da verdade exterior ao indivíduo é vista por meio da sensação. Em seu entendimento, a sensação não é uma fonte de conhecimento confiável, pois se refere às necessidades e estados das coisas exteriores, que possui caráter instável. Os conhecimentos verdadeiros exigem estabilidade.

“A partir desse entendimento, o conhecimento verdadeiro não é visto como a apreensão de objetos exteriores pela percepção sensorial, mas sim como a descoberta de regras imutáveis, que são necessárias e eternas” (SOUZA, 2010, p. 25).

Os conhecimentos inteligíveis encontram-se na memória do homem, sendo considerados para Santo Agostinho como estáveis e eternos. Em função do que foi apresentado, é necessário que o homem se volte para esses conhecimentos. Por não ser proveniente dos sentidos, esses conhecimentos podem ser descobertos pelo homem por meio da razão.

Com relação à razão, Santo Agostinho a apresenta em duas versões distintas: a razão superior e a razão inferior. A primeira conhece o mundo sensível e corporal, sendo que o conhecimento adquirido por ela é considerado ciência, já a outra volta-se para o conhecimento do mundo inteligível e espiritual, sendo considerada como sabedoria.

Partindo do entendimento de que a sabedoria é alcançada quando o homem contempla as verdades eternas, é necessário que o homem se volte para sua razão superior, pois, por meio desta, ele poderá chegar à contemplação de Deus.

Diante do exposto, entende-se que o homem sofrido, em seu estado de miserabilidade, deve buscar a felicidade por meio dos conhecimentos inteligíveis e da razão superior. Desta maneira, a teoria do conhecimento elaborada por Santo Agostinho visa direcionar os caminhos que este homem deve seguir para chegar ao Verdadeiro Conhecimento, que é Deus, obtendo, assim, a tranquilidade da alma e a felicidade plena.

3.1 O HOMEM E A BUSCA PELA VERDADE

A busca pela felicidade traz como pressuposto deixar de procurá-la nos prazeres da carne, na materialidade humana, pois, para Santo Agostinho, o homem deve voltar-se para o conhecimento estável, as verdades eternas. Os bens materiais são instáveis e passageiros, dando ao homem uma falsa sensação de felicidade:

Finalmente – ainda que os prazeres insanos não sejam prazeres, ainda assim, o que quer que sejam, e por mais que agradem a ostentação das riquezas e o orgulho das honras, a voragem das tabernas e as lutas dos teatros, a imundície das fornicções e a excitação dos banhos quentes – uma febrezinha leva tudo isso: o que fica é uma consciência vazia e ferida [...] (AGOSTINHO, 2005, p. 81).

Assim, o homem deve voltar-se para a alma, pois:

[...] para Santo Agostinho, ela é superior, julgando as coisas corpóreas baseada em critérios considerados superiores aos objetos, já que estes são mutáveis e imperfeitos, enquanto os critérios com os quais ela julga são imutáveis e perfeitos. Esses critérios que a alma utiliza para julgar não são produzidos por ela, porque, apesar de ela ser superior aos objetos, é mutável, enquanto os critérios são imutáveis (SOUZA, 2010, p. 29).

Essas verdades, entendidas como eternas, absolutas e necessárias, são asseguradas pelo próprio Deus, que é a Verdade Suprema e fonte de todas as outras verdades. Assim, de acordo com Pereira Melo (2010), o conhecimento da verdade passa pelo conhecimento de Deus, por isto, a alma anseia pelo conhecimento divino. A busca pela felicidade é resultado da insatisfação do homem consigo mesmo, que motivado pela inquietude de sua alma, deve buscar uma melhora pessoal. Mas para que este processo ocorra, é necessário que o homem assuma uma conduta que lhe dê condições para tal caminhada.

Identifica-se nesta exortação a influência das experiências pessoais de Santo Agostinho, segundo ele relata em sua obra antes, pois buscava a felicidade em coisas mundanas. Após sua conversão, também destaca em suas obras o seu desejo de conhecer a Deus, considerando que somente isso o faria feliz. “Todavia, o homem, partícula de tua criação, deseja louvar-te. Tu mesmo o incitas ao deleite no teu louvor, porque nos fizeste pra ti, e nosso coração está inquieto enquanto não encontrar em ti descanso” (AGOSTINHO, 2008, p. 29).

Considera Santo Agostinho o fato de que o homem pode tanto buscar a Deus, como afastar-se Dele, Agostinho afirma que o homem pode viver em pecado ou viver segundo o espírito. A condição de felicidade ou infelicidade reside na forma com que o homem se relaciona com Deus “[...] de modo que é infeliz quando se volta se devia pra baixo e feliz quando se volta para o alto” (PÉPIN, 1994), espaço simbólico onde se pode encontrar a Deus.

Até que o homem não se uma a Deus, o edifício da sua vida esta incompleto. Ele diz isto explicitamente em um *Sermão: Até onde chega o cume do edifício? Digo-o sem mais: até a visão de Deus*. Aqui se cumpre o itinerário da pessoa: começa e termina em Deus. Saber isto, viver segundo este conhecimento, tender ao mesmo com todas as próprias forças, significa ser e tornar-se pessoa (CAPORALINI, 2007, p. 73-74, grifo no original).

Para que esta caminhada rumo ao Bem Maior se desenvolva, é fundamental que o homem esteja preparado e tenha vontade para tanto. Entretanto, este não é um processo fácil.

Nesta procura por Deus, é necessário que o homem tenha fé e tenha como objetivo preencher a inquietude de seu coração por meio Dele. Porém, o homem não deve somente buscar a Verdade como conhecimento, deve também amá-la (MARROU, 1957), pois será ela a viabilizadora do vazio que traz consigo.

Entende-se, então, que o homem deve utilizar-se do mundo, entendendo este como uma passagem para a cidadania celeste. Para Santo Agostinho, a educação tem a função de viabilizar a caminhada humana neste processo. Assim, é necessário que o homem se volte para as verdades eternas, presentes em sua alma, graças à iluminação divina.

3.2 A TEORIA DA ILUMINAÇÃO DIVINA: A POSSIBILIDADE DO ENCONTRAR COM DEUS

O conceito de verdade agostiniano, apesar da forte influência platônica, ganhou dimensão própria na sua teoria da iluminação. Platão, em suas reflexões sobre a temática, conhecida como a teoria da reminiscência, defendeu a tese de que o homem chega ao verdadeiro conhecimento ao recordar algo anteriormente contemplado no mundo inteligível, no mundo das ideias, mas que os esquece ao assumir um corpo. Por seu turno, Santo Agostinho cristianizou o pensamento platônico, mas se posiciona diferentemente do filósofo, ao defender que o conhecimento se dá graças à iluminação divina. Desta forma, nega a teoria da reminiscência, pois a preexistência da alma é contrária à doutrina cristã. Assim, o conhecimento não é relembrado, mas, sim, iluminado pela luz divina.

Agostinho exprime a participação intelectual da alma com Deus com o termo *iluminação (lumen)* da alma por parte do próprio Deus. Compara ele Deus ao sol da alma, à luz da nossa inteligência, na qual (e não em Deus) nós vemos a verdade imutável das coisas. Não é certamente fácil entender a teoria agostiniana da iluminação. Deve-se excluir que se trate de visão direta de Deus nesta vida e de todas as coisas diretamente n'Ele (*ontologismo*). Existe uma *iluminação natural* (a verdade ao intelecto e por intuído) e uma *iluminação sobrenatural* ou graça (gratuita), com a qual a mente se eleva à Verdade em si (SCIACCA, 1966, p. 174, grifos no original).

Então, Deus deve ser visto pela razão: “Assim, eu, a razão, estou nas mentes como a visão nos olhos” (AGOSTINHO, 1998b, p. 30). Entretanto, tudo o que é corpóreo deve ser purificado para ver o que procura, exigindo do homem fé, esperança e amor para que ele chegue a Deus. A partir da Teoria da Iluminação Divina, de Deus fulgura uma luz na mente

humana, por meio do qual o homem compreende as verdades absolutas e imutáveis do mundo superior. E graças a essa iluminação divina, o homem tem condições de encontrar a Deus e alcançar o seu objetivo que é a busca pela felicidade, da Verdade plena e Supremo Bem.

Retomemos a imagem com que Santo Agostinho resumiu toda a teoria do conhecimento: este Sol que ilumina nosso espírito – pois é na luz dele que vemos a verdade –, não é somente um fogo que devora, em cuja presença o homem, esmagado pelo sentimento de adoração, experimentaria apenas temor e tremor; mas também ele que aquece nosso coração; a verdade é doçura, beleza, ternura e saciedade (MARROU, 1957, p. 72).

Na concepção agostiniana, o que é verdadeiro é previamente iluminado pela luz divina. As verdades eternas só se tornam inteligíveis quando iluminada por esta luz, assim ela é utilizada para iluminar as ideias. Conforme apresentado, o homem só aprende em seu interior quando recorre a Deus. Ele realiza uma reflexão interior que o permite perceber as coisas inteligíveis, sendo que os sentidos, neste contexto, são um meio de estímulo à autorreflexão. Neste processo, para que o homem encontre esta luz imutável (divina), ele deve-se voltar pra dentro de si mesmo e de sua inteligência.

Não saís de ti, mas volta para dentro de ti mesmo, a Verdade habita no coração do homem. E se não encontras senão a tua natureza sujeita a mudanças, vai além de ti mesmo. Em te ultrapassando, porém, não te esqueças que transcendes tua alma que raciocina. Portanto, dirige-se à fonte da própria luz da razão (AGOSTINHO, 1992, p. 106-107).

A Teoria da Iluminação Divina, em Santo Agostinho, não era apenas uma teoria do conhecimento, mas trata-se da apresentação de que forma a graça divina age sobre a mente e nas vontades do homem, as quais deveriam ser orientadas por esta graça (PEREIRA MELO, 2010) salvadora, dádiva benfazeja e generosa da bondade divina. “Por ser uma forma de conhecimento, Santo Agostinho demonstra que a iluminação divina passa pela racionalização do homem. Sendo racional, pressupõe-se que ela aconteça no interior desse homem, já que a razão esta presente na alma humana” (SOUZA, 2010, p. 36). Assim sendo, a iluminação passa pelos processos de racionalização, interiorização e purificação.

Nem toda alma está preparada para chegar ao conhecimento da Verdade, necessitando, assim, de uma educação adequada, que o encaminhe para o seu interior. “Todavia, isto não se daria por intermédio de uma educação formal, mas pela autoeducação, fundada na moral que é promotora da perfectibilidade humana, segundo os moldes do cristianismo” (PIRATELI, 2012, p. 138).

O homem não deve valorizar as coisas materiais, sensíveis, que o afastam de Deus, pelo contrário, mas as coisas espirituais provenientes do alto, o que criaria as condições para sua caminhada rumo à santificação. Neste processo, papel fundamental tinha a educação, facilitadora do encontro do homem com a Verdade, e, por extensão, da sua felicidade.

Em face disso, Santo Agostinho atribuiu tanta importância à educação a ponto de colocá-la entre suas prioridades reflexivas.

4A EDUCAÇÃO: UM FENÔMENO DIVINO

Santo Agostinho, ao elaborar sua proposta educativa, levou em consideração a inquietude do homem de seu tempo, tendo como principal objetivo levar este à contemplação de Deus.

Na consecução deste objetivo, num primeiro momento, Santo Agostinho desenvolveu um pensamento educativo sob forte influência do pensamento clássico. Aos moldes de Platão, a educação, para ele, era um processo longo e exaustivo, uma caminhada de purificação moral e intelectual, em que o discípulo iria pouco a pouco se identificando com a sabedoria, a beleza, a bondade, e a felicidade plena, divina, o que era fonte de todo o Bem. Entretanto, conquistar esse bem demandava enfrentar dificuldades.

[...] seguir e perceber a ordem das coisas [...], e ainda mais ver e explicar a ordem do universo, que guia e governa o mundo [...]. Acrescente-se a isto o fato de que, quer pelo mérito de sua vida, quer por certa situação de conhecimentos, seja de coisas tão divinas e obscuras (AGOSTINHO, 2008, p. 159).

Em um segundo momento, Santo Agostinho, ainda, buscou apoio nas ideias de Platão com o intuito de elucidar e interpretar o conceito de educação expresso na Bíblia, especialmente em Paulo de Tarso quando exortou aos cristãos de Éfesios (Ef. 3:15-19). Importa considerar que essa influência platônica em Santo Agostinho era relativa, porque seu pensamento pedagógico se matizou com o passar do tempo, assumindo uma identidade própria, que se coadunava com o cristianismo.

Fundamentado nos referenciais paulinos, Santo Agostinho entendeu a educação como um processo em que o homem exterior, material e mutável, que tinha sua expressão no corpo, cedia espaço para o homem interior, que era espiritual, imutável, expresso na alma. Isso ocorria quando o homem se achegava a Deus. Assim, o mestre não levava o discípulo à verdade, mas era por meio da contemplação que o discípulo encontrava a Deus. O “olho” da mente possibilitava esse encontro e captura da verdade, processo mediado por Deus (AGOSTINHO, 1980). Daí a importância, para Santo Agostinho, do processo de interiorização, renovação e comunhão do homem com o seu criador.

Era nesta dinâmica que o homem descobria as verdades divinas que se encontram nele, por isso, deveria voltar-se ao seu interior, pois “[...] Deus se comunica através das vias interiores da alma” (SCIACCA, 1966, p. 171).

Para que isso ocorresse, era necessário que o homem passasse por um processo de regeneração, de forma que pudesse chegar ao conhecimento, o qual se dava graças à iluminação divina.

Neste sentido, a educação passa a ser entendida como uma caminhada para a santificação, o que, para Pereira Melo (2002), somente ocorreria com a aproximação do homem com Deus, o Verdadeiro Conhecimento.

A educação, por se tratar de um processo de busca interior que o homem deveria realizar, somente ocorria com o exercício de uma vontade pura e sincera, caso contrário, não se realizaria. Outras exigências eram a persistência e até mesmo o sofrimento. Motivo desta caminhada educativa agostiniana ser considerada uma prática de autoeducação.

Revestido destas condições, o homem deveria contar com a racionalidade, mas orientado pela fé, o que, para Santo Agostinho, era o único meio para se chegar a Verdadeira Essência, ao Bem Maior; a Verdadeira Sabedoria. Em rigor, uma educação de forte conteúdo de espiritualidade e de moralidade.

Dessa forma, na perspectiva cristã agostiniana, a perfeição moral, a felicidade e a sabedoria plena estão relacionadas à ação correta, verdadeira e pura do homem, tendo em vista que o conhecer a Deus é uma dádiva da graça deste mesmo Deus, o que passa por uma aproximação purificadora do homem a Ele, o seu Senhor.

Santo Agostinho exorta que o homem deve passar por um processo de purificação, distanciando-se do que o leva a uma vida de pecado, ou seja, das coisas materiais; e voltar-se para a sua alma, em que, por um processo de exercitação, pode chegar aos conhecimentos proporcionados pela iluminação divina, estando apto para encontrar o que procura, a saber, o próprio Deus. Isso será alcançado somente com a autoeducação: é pela caminhada autoeducativa que o homem desvenda as verdades e capta a essência do conhecimento, podendo então desfrutar da felicidade eterna (SOUZA, 2010, p. 37).

Em Santo Agostinho, o homem necessita da iluminação divina para realizar o processo educativo, sendo incapaz de realiza isso por si só. Entretanto, não se descarta a importância da mente humana neste processo de conhecimento, porque o ato intelectual também é necessário, pois a iluminação divina não exclui a ação da vontade humana, tem papel indispensável nessa busca pelo Bem supremo. Ao considerar que depende da vontade do homem uma vida feliz ou infeliz, Santo Agostinho entende que para se atingir a primeira condição, ele deve viver na retidão, renovando dia a dia o seu viver santificador, a única via para se obter a graça da contemplação da Verdade.

Nos dizeres agostinianos, este processo de purificação deve ser uma luta constante do homem contra todas as influências externas, entendidas por ele como mundanas. Para isso, não bastava apenas querer, é necessário também poder, o que advém da graça, ou seja, da bondade divina (PEREIRA MELO, 2010). O homem, sendo incapaz de realizar sozinho a prática educativa, necessita da graça divina, que, em tese, dar-se-ia com o interiorizar-se, promovido pela pureza, condição para aproximar-se de Deus, o que, para Santo Agostinho, era o único Bem.

Diante do exposto, entende-se que quando o homem se deixa levar pela sensibilidade do corpo, buscando a satisfação nas coisas exteriores, ele perde a oportunidade de buscar a verdadeira felicidade, presente em sua alma, ao tempo em que afasta-se da possibilidade de santificação (SOUZA, 2010).

Quando a criatura corporal é possuída por uma alma negligente de Deus, nem mesmo assim, ela se muda em mal. Sendo, porém, o pecado um mal, esse amor a um bem inferior será ocasião de pena para o seu amante. Poderá levá-lo à miséria, e iludi-lo com seus falsos deleites, visto que esses bens não satisfazem, mas atormentam (AGOSTINHO, 1992, p. 71).

O apego à materialidade apresenta-se como um empecilho para o homem na realização do processo educativo. Dessa forma, é necessário que seu corpo esteja submetido à alma, estando preparado para a contemplação da Verdade. Em função disso, Santo Agostinho pensa a educação como um processo de purificação, qual seja, a subordinação do corpo a autoridade da alma. “Não é mal o corpo, pratica o mal a alma que se subordina a ele, ao invés de discipliná-lo e dirigi-lo aos seus fins” (SCIACCA, 1966, p. 183). Neste sentido, Santo Agostinho exortou que o homem deve criar as condições para que a alma o domine.

Assim, o corpo deve ser controlado e vigiado, de forma que a alma o vivifique para que o homem saia do seu estado de miserabilidade e alcance a regeneração que tem no processo formativo parceiro inestimável. Aí se efetivava a santificação pretendida por Santo Agostinho. Portanto, para que o homem tenha uma vida plena e o alcance da Verdade, ele deve afastar-se das coisas corpóreas e voltar-se para os bens superiores, os conhecimentos eternos de sua alma. “A partir disso, a educação consistia numa caminhada de purificação moral que se alcançava mediante uma ‘peregrinação’ em que o ‘homem exterior’ – material e mortal – devia ceder e abrir caminho ao ‘homem interior’ – espiritual e imortal – passando ao ‘homem novo’” (PIRATELI, 2012, p. 140).

Pra um melhor entendimento deste processo, Santo Agostinho usa como símbolo o homem velho e o homem novo, sendo que ao primeiro ele atribuiu o destino da morte, do

pecado; e ao segundo a condição de homem interior e celestial. Daí a ideia de que este homem pecador precisa se regenerar:

A alma humana, porém, não adere ao corpo, e pela racionalidade e a inteligência, potências superiores ao sentido corporal, é superior ao corpo, dele tende a se desligar por sua potencialidade, e se dirige mais aos bens interiores de espírito [...] Aconselha-se à alma não se apegar aos sentidos além do absolutamente necessário. E libertando-se das impressões sensoriais, volte-se para si mesma, renascendo para Deus. Isto significa despir-se do homem velho e se revestir do homem novo. Precisa começar por aí, porque abandonou a lei de Deus (AGOSTINHO, 1997, p. 130).

A proposta formativa agostiniana objetiva a transformação do homem, deve evitar os apelos do mundo exterior, necessitando um progresso na fé, que “[...] leva a uma melhor percepção das coisas que deve amar” (PEREIRA MELO, 2010, p. 74). Assim, ele estará preparado para iniciar a sua caminhada educativa. Desta maneira, somente em Deus o homem pode realizar seu processo educativo, o que não é o suficiente se não houvera vontade de se buscar a contemplação das coisas divinas; o que é possível por meio da graça, benfeitoria que ilumina ao homem para que ele chegue à Verdade suprema. Para Santo Agostinho, a educação “[...] destinava-se àqueles que ousavam e que não tinham medo de buscar a felicidade completa, respaldados na certeza de que desfrutariam do descanso em Deus” (PEREIRA MELO, 2002, p. 76), projeto deste mesmo Deus para o homem.

Apesar de Santo Agostinho considerar a Deus como o único responsável pela realização da educação, ele não desconsidera a figura do mestre humano nesse processo, pelo contrário, ele o tem como um canal, o mediador entre a dimensão divina e humana da dinâmica educacional.

4.1 OS AGENTES DO PROCESSO EDUCATIVO

Quando considera a educação um processo de distanciamento da materialidade e uma busca interior pela verdade, Santo Agostinho destaca o papel do homem e de Deus. Isso porque, para que o homem se achegue a si mesmo, é preciso da ajuda divina para esse exercício.

Deus é, nesse sentido, o verdadeiro mestre, o que está no interior do homem, capaz de ensiná-lo, permitindo ao homem o encontro com a verdade dentro dele. Com esse orientador geral, o que se entende no pensamento agostiniano é que a formação do homem deve procurar

desenvolver nele uma forma de se autocompletar, e ser consciente de que esse processo é orientado por Deus. Deus era, nessa feita, o guia do processo pensado por Santo Agostinho, o agente fundamental da educação, sem Ele ela não se realiza. O homem tem sua ação limitada, pois a graça divina é que o auxilia (PEREIRA MELO, 2010). Em outras palavras, a própria busca do homem pela verdade em si é algo que parte primeiro de Deus.

No que diz respeito a todas as coisas que compreendemos, não consultamos a voz de quem fala, a qual soa por fora, mas a verdade que dentro de nós preside à própria mente, incitados talvez pelas palavras a consultá-la. Quem é consultado ensina verdadeiramente, e este é Cristo, que habita, como foi dito, no homem interior, isto é: a virtude incomutável de Deus e a sempiterna Sabedoria, que toda alma racional consulta, mas que se revela pela sua própria boa ou má vontade (AGOSTINHO, 1980, p. 319).

A partir deste pensar agostiniano, a participação do discípulo em sua formação, apesar de certo ponto, limitada, podia ser considerada. Isto porque tudo dependia da sua vontade sincera, do seu querer e da sua entrega. Esse agir garantia-lhe um papel intermediário na realização da sua formação.

O discípulo não deveria por si só tentar buscar a verdade ou recorrer a outros para que o ajudasse. O que era necessário, no entanto, era que se voltasse para Deus unicamente, pois os mestres terrenos são apenas admoestadores, de intermediários que Deus utilizava para a realização do seu projeto.

[...] que a ninguém chamemos de mestre na terra, porque o único mestre de todos está nos céus. Mas o que haja nos céus no-lo ensinará aquele que interiormente nos admoesta com sinais por intermédio dos homens para que, voltando para ele no interior, sejamos instruídos (AGOSTINHO, 1980, p. 323-324).

Com este entendimento, os mestres exteriores ficam no outro extremo da hierarquia formativa agostiniana. Isto não evidencia a sua pouca importância, pelo contrário, ao usarem os sinais exteriores para o auxílio do discípulo para se voltarem para sua interioridade, para serem instruídos pelo verdadeiro mestre – Deus – estabeleciam certa cumplicidade/parceria com o Verdadeiro Mestre.

Santo Agostinho considera as palavras dos mestres terrenos como meramente advertência, e Deus o único verdadeiro Mestre (NUNES, 1978). Tais palavras são os

instrumentos que capacitam o homem a encontrarem no interior o verdadeiro conhecimento dado por Deus.

Quando, pois, se trata das coisas que percebemos pela mente, isto é, através do intelecto e da razão, estamos falando ainda em coisas que vemos como presentes naquela luz interior de verdade, pela qual é iluminado e de que frui o homem interior; mas também neste caso quem nos ouve conhece o que eu digo por sua própria contemplação e não através das minhas palavras, desde que ele também veja por si a mesma coisa com olhos interiores e simples. Por conseguinte, nem sequer a este, que vê coisas verdadeiras, ensino algo dizendo-lhe a verdade, porque aprende não pelas minhas palavras, mas pelas próprias coisas, que a ele interiormente revela Deus; por isto, interrogado sobre elas, sem mais, poderia responder (AGOSTINHO, 1980, p. 320).

Desta forma, Santo Agostinho estabelece uma hierarquia no processo formativo, bem como uma íntima relação entre seus agentes: Deus é responsável por possibilitar o conhecimento ao homem; o mestre terreno auxilia o homem na busca de tal conhecimento (PEREIRA MELO, 2010).

Para Santo Agostinho, a sintonia entre estes agentes do processo educativo, os dois últimos, cada um ocupando e exercendo o seu papel, resultaria na formação do homem cristão, aquele que, segundo o projeto divino, fora criado para a perfeição, a felicidade, e para a glorificação do seu Senhor e Deus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em Santo Agostinho, no que dizia respeito a sua forma de conceber a educação, teve como propósito o convencimento dos homens de que o processo educativo era realizado mediante o auxílio do mestre interior, Deus. Sem Ele, a educação não se efetivaria no discípulo. Nesse sentido, o mestre humano era um auxiliador, um elemento coadjuvante no processo de formação, pois ele era o canal de ligação com o verdadeiro mestre. Mas para que isso se realizasse, fazia-se necessário que o discípulo expressasse uma vontade pura e verdadeira, uma firme persistência para realizar esse projeto transformador de si mesmo, o que se refletiria na sociedade.

Sendo assim, era por meio da sua palavra que o mestre humano era o instrumento a disposição de Deus, meio pelo qual se alcançava o conhecimento.

Combinando esses pressupostos – de um lado, a imperfeição da mente humana e, do outro, a limitação da sua linguagem – Santo Agostinho concluiu: não havia autonomia no ensino feito pelo homem. Soma-se a isso que considerava a educação como algo que se realizava a margem das técnicas comuns e aceitas na tentativa de sua efetivação.

Isto posto, o que era essencial na formação proposta por Santo Agostinho era a consulta interior, lugar privilegiado em que Deus instruí efetivamente o discípulo, enquanto o mestre terreno, por meio de seus sinais de linguagem, possibilitava ao mesmo voltar-se para Deus na busca pelo conhecimento verdadeiro.

Assim, Santo Agostinho não negou a função positiva do ensino humano, mas descobriu por meio dele a importância da comunicação de Deus com o homem. O verbo não é unicamente docente, pelo contrário, na relação educador e mestre: se ensina, se educa, e se guia o discípulo pelo caminho das ciências e do conhecimento, o que o leva a conquistado bem supremo.

Diante disso, pode-se inferir que em Santo Agostinho a educação se tratava de um processo de santificação, de elevação do homem a Deus, de assimilar-se a Ele, de se autopurificar para ser uma imitação de Deus. Isso garantia ao discípulo, uma vez com seu interior ocupado por Deus, descobrir nova e ideal ação no mundo terreno.

A luta agostiniana pela formação humana se relaciona com a sua luta pelo próprio cristianismo, o que reflete o seu gênio de especulação e visão que prenunciaram o medievo.

FONTES

- AGOSTINHO, Santo. **De Magistro**. São Paulo: Abril Cultural, 1980 (Os Pensadores).
- _____. **A Verdadeira Religião**. 2. ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.
- _____. **A Trindade**. São Paulo: Paulus, 1994.
- _____. **O Livre-Arbítrio**. São Paulo: Paulus, 1995.
- _____. **Sobre a Potencialidade da Alma**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- _____. **A Vida Feliz**. São Paulo: Paulus, 1998a.
- _____. **Solilóquios**. São Paulo: Paulus, 1998b.
- _____. **A Instrução dos Catecúmenos: teoria e prática da catequese**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2005.
- _____. **Confissões**. São Paulo: Martin Claret, 2008 (Coleção A obra-prima de cada autor).

REFERÊNCIAS

- BARK, W. C. **Origens da Idade Média**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução de João Ferreira de Almeida. Revisada e Corrigida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.
- BOEHNER, P.; GILSON, E. Santo Agostinho, o mestre do Ocidente. In: _____. **História da Filosofia Cristã: desde as origens até Nicolau de Cusa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1970.
- BORDIN, R. A. Didaqué e a educação dos primeiros cristãos. In: OLIVEIRA, T.; VISALLI, A. M. **Pesquisas em Antiguidade e Idade Média: olhares interdisciplinares**. São Luís: UEMA, 2007.
- CAPORALINI, J. B. **Reflexões sobre o essencial de Santo Agostinho**. Maringá: Chicletec, 2007.
- FINLEY, M. I. **Aspectos da Antiguidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1991(O Homem e a História).
- FOLCH GOMES, C. Introdução. In: _____. (Org.). **Antologia dos Santos Padres: páginas seletas dos antigos escritores eclesiásticos**. 4. ed. São Paulo: Paulinas, 1979.
- GILSON, E. O platonismo latino do século IV. In: _____. **A Filosofia na Idade Média**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

GRIMAL, P. **O império romano**. Tradução de Isabel Saint-Aubyn. Lisboa: Edições 70, 1999.

KOVALIOV, S. I. A crise social do século III ao V no Império Romano do ocidente. In: PINSKY, J. (Org.). **Modo de Produção Feudal**. São Paulo: Global, 1982. p. 25-40 (Textos, 1).

MARROU, H. **Santo Agostinho e o agostinismo**. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1957.

NUNES, R. A. C. Santo Agostinho e a educação. In: _____. **História da Educação na Antiguidade Cristã**. São Paulo: EPU, 1978.

PÉPIN, J. Santo Agostinho e a Patrística Ocidental. In: CHATELET, F. (Dir.). **A Filosofia Medieval: do século I ao século XV**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

PEREIRA MELO, J. J. A educação em Santo Agostinho. In: OLIVEIRA, T. (Org.). **Luzes sobre a Idade Média**. Maringá: EDUEM, 2002.

_____. Santo Agostinho e a Incorporação da Cultura Clássica a Educação Cristã. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PPE, 2003, Maringá. **Anais...** Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2003.

_____. Santo Agostinho e a educação como um fenômeno divino. **Educação e Filosofia** Uberlândia, v. 24, n. 48, p. 409-434, jul. /dez. 2010.

PIERRARD, P. A Igreja, pedagogia do Ocidente. In: _____. **História da Igreja**. 2. ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1986.

PIRATELI, M. R. **A Humanitatem Santo Agostinho, ou como santificar o homem nas ruínas do Império Romano**. Maringá: EDUEM, 2012.

SOUZA, M. R. de. **A concepção de mestre na proposta educativa agostiniana**. 2010. 63f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

SCIACCA, M. F. Santo Agostinho. In: _____. **História da Filosofia**. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1966.